

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 5

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

5

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 5 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-004-9

DOI 10.22533/at.ed.049181912

1. Educação e estado. 2. Ensino superior. 3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. Universidades e faculdades públicas – Organização e administração. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Depois da Educação Básica, a Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, sendo públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

A abordagem de temas como a evasão de estudantes no Ensino Superior é relevante, pois parece que a evasão ocorre apenas na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio. A investigação sobre esse tema propicia a elaboração de estratégias para a redução da evasão escolar.

A educação a distância (EaD) também é um tema recorrente nos artigos apresentados, pois se tornou uma estratégia privilegiada de expansão da educação superior em todo território brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, após ser validada legalmente pela LDB em 1996.

O artigo “Limites e possibilidades como acadêmico de um curso de educação a distância relato de uma experiência em andamento” trata da educação a distância, especificamente do surgimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que com seu Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA/Moodle), abriu possibilidades de alunos de diversos lugares tivessem acesso gratuito a cursos de graduação. O artigo faz algumas considerações sobre facilidades e dificuldades dentro dessa modalidade de ensino-aprendizagem.

Alguns dos artigos também abordam as práticas de avaliação, os estágios supervisionados, o currículo, programas como PIBID e Universidade para Todos, entre outros.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: COMPLEXIDADES DO PROBLEMA	
<i>Luciano Espósito Sewaybricker</i>	
DOI 10.22533/at.ed.049181912	
CAPÍTULO 2	9
A INSERÇÃO DA EAD NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DO BRASIL: LÓGICAS DE GESTÃO NA REDE PÚBLICA E PRIVADA	
<i>Stella Cecilia Duarte Segenreich</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819122	
CAPÍTULO 3	22
A INTERDISCIPLINARIDADE E O ENSINO SUPERIOR MILITAR: UMA POSSIBILIDADE ATUAL E REAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819123	
CAPÍTULO 4	35
ANÁLISE DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO NO DESEMPENHO ACADÊMICO DE ALUNOS DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL	
<i>Eric Gabriel Oliveira Rodrigues</i>	
<i>Aline Ferreira de Lima</i>	
<i>Ariana Mahara Fernandes Nery</i>	
<i>Jemima Tabita Ferreira de Sousa</i>	
<i>Elenilde Medeiros Diniz</i>	
<i>Vanessa Milena Mendes dos Santos</i>	
<i>Cláudia Patrícia Torres Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819124	
CAPÍTULO 5	46
AS PERSPECTIVAS DE GRANDUANDOS(AS) SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO PAPEL DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Camila Midori Takemoto Vasconcelos</i>	
<i>Lílian Aparecida Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819125	
CAPÍTULO 6	53
AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PORTUGAL E O BRASIL	
<i>Luísa Cerdeira</i>	
<i>Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819126	
CAPÍTULO 7	60
DEMOCRATIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
<i>Pâmela Junqueira Freitas</i>	
<i>Elisa Antônia Ribeiro</i>	
<i>Antônio Luiz Ferreira Junior</i>	
<i>Glaucia de Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0491819127	

CAPÍTULO 8 66

DIÁLOGOS DE SABERES: CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES E ESTUDANTES DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOBRE AGRICULTURAS DE BASE ECOLÓGICA, UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO CAMPO

Maiara Cristina Gonçalves
Terezinha de Fátima Fumis
Flávia Toqueti
Luís Gustavo Patrício Nunes Pinto
Aloísio Costa Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.0491819128

CAPÍTULO 9 71

DINÂMICA DA EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS MATRÍCULAS POR MEIO DA INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Crislayne Barbosa de Santana Lima
Edson Francisco de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.0491819129

CAPÍTULO 10 84

ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO NO RS: UM OLHAR A PARTIR EXPERIÊNCIA DE SUPERVISORES DE ESTÁGIO DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Rita de Cássia de Souza Soares Ramos
Thaís Philipsen Grützmann

DOI 10.22533/at.ed.04918191210

CAPÍTULO 11 93

ESTRUTURA CURRICULAR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: PERSPECTIVAS DA AÇÃO COMUNICATIVA.

Thais Paschoal Postingue
Deise Aparecida Peralta

DOI 10.22533/at.ed.04918191211

CAPÍTULO 12 100

ESTUDO ESTATÍSTICO DOS FATORES DE RENDIMENTO ACADÊMICO, CARGA HORÁRIA DO TRABALHO E DISTÂNCIA DO POLO QUE OFERTA CURSOS TÉCNICOS EM EAD

Carmem Tassiany Alves de Lima
Jhébica Luara Alves de Lima
Remerson Russel Martins

DOI 10.22533/at.ed.04918191212

CAPÍTULO 13 107

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: FORMAÇÃO TRANSDISCIPLINAR NA GRADUAÇÃO.

Cláudia Barsand de Leucas
Larissa de Oliveira e Silva
Túlio Fernandes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.04918191213

CAPÍTULO 14 112

FORMATO MULTICAMPI EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS: ALGUNS DESDOBRAMENTOS PARA A GESTÃO

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.04918191214

CAPÍTULO 15	125
GESTÃO ESCOLAR E QUALIDADE: O CAMPO EDUCACIONAL NAS INVESTIGAÇÕES DA CAPES	
<i>Glaé Corrêa Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191215	
CAPÍTULO 16	137
LIMITES E POSSIBILIDADES COMO ACADÊMICO DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM ANDAMENTO	
<i>Jeferson Ilha</i>	
<i>Andréa Forgiarini Cecchin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191216	
CAPÍTULO 17	147
O APRENDER E O ENSINAR PARA OS LICENCIANDOS DE PEDAGOGIA DA UFMT	
<i>Aline Rejane Caxito Braga</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191217	
CAPÍTULO 18	154
O PEDAGOGO MESSIÂNICO – IMAGINÁRIO DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA ACERCA DO TRABALHO DO PEDAGOGO	
<i>Anelize Rafaela de Souza</i>	
<i>Fabio Riemenschneider</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191218	
CAPÍTULO 19	159
PESQUISA AÇÃO. ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO LONGITUDINAL SOBRE A AVALIAÇÃO DE ALUNOS	
<i>Mariângela Carvalho Dezotti</i>	
<i>Denise Cristina Costenaro Marchesoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191219	
CAPÍTULO 20	170
PIBID: LÓCUS DE FORMAÇÃO E TROCA DE SABERES EM UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR	
<i>Simone Leal Souza Coité</i>	
<i>Gabriela Sousa Rêgo Pimentel</i>	
<i>Rosa Maria Silva Furtado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191220	
CAPÍTULO 21	182
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA BAHIA	
<i>Mariana Andrea da Silva Casali Simões</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191221	
CAPÍTULO 22	192
PROCESSOS DE INICIAÇÃO À DOCENCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Rodrigo Caetano Ribeiro</i>	
<i>Dijnane Vedovatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191222	

CAPÍTULO 23	205
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS	
<i>Maria Lucia Morone</i>	
<i>Marina Ranieri Cesana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191223	
CAPÍTULO 24	212
RESSIGNIFICANDO A ABORDAGEM NO ENSINO DE BIOQUÍMICA: CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UM MAPA METABÓLICO SIMPLIFICADO COMO ESTRATÉGIA MOTIVADORA DE ENSINO	
<i>André Marques dos Santos</i>	
<i>Marco Andre Alves de Souza</i>	
<i>Ana Carolina Callegario Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191224	
CAPÍTULO 25	223
SEXUALIDADE INFANTIL NA FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA COM CONSIDERAÇÕES SOBRE QUALIDADE E POLÍTICA EDUCACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DA GROUNDED THEORY	
<i>Claudionor Renato da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191225	
CAPÍTULO 26	239
SURDEZ NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE LICENCIATURA	
<i>Joniana Soares de Araújo</i>	
<i>Fatima A. A. A. Cader-Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191226	
CAPÍTULO 27	253
TEORIA ATOR-REDE E O ENSINO DE PSICOLOGIA PARA LICENCIATURAS	
<i>André Elias Morelli Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191227	
CAPÍTULO 28	265
TIPOS DE EVASÃO E EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS	
<i>Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191228	
CAPÍTULO 29	274
TORNE-SE PROFESSOR: ACESSO DIFERENCIADO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA E LICENCIATURAS COMO UMA POSSIBILIDADE A MAIS	
<i>Norivan Lustosa Lisboa Dutra</i>	
<i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i>	
<i>Remi Castioni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191229	
CAPÍTULO 30	284
AS MÍDIAS COMO INSTRUMENTO DE CONHECIMENTO:AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO(TICS) NO CURSO DE NÍVEL SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO OFERTADOS NAS MODALIDADES PRESENCIAL E EAD	
<i>Angeluze Comoretto Parcianello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.04918191230	
SOBRE A ORGANIZADORA	293

PESQUISA AÇÃO. ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO LONGITUDINAL SOBRE A AVALIAÇÃO DE ALUNOS

Mariângela Carvalho Dezotti

Faculdade Sequencial.

São Paulo- SP

Denise Cristina Costenaro Marchesoni

Centro Universitário das Faculdades

Metropolitanas Unidas-FMU.

São Paulo- SP

RESUMO: A pesquisa tem suas bases fundadas no princípio da reflexão e ação, como norteador da formação Pedagógica na disciplina Planejamento e Avaliação de Ensino. Investiga o tema proposto em “Avaliação Mediadora” da Jussara Hoffmann (2009), em dois momentos históricos: décadas de 1960 a 1970 e de 2010 a 2014. Os objetivos são: alicerçar a formação da identidade do professor e construir uma relação reflexiva e mediadora diante das práticas avaliativas; repensar o uso e objetivos da prática metodológica tradicional; desenvolver metodologias da pesquisa científica. Nos resultados o poder de ensinar em oposição ao poder de encantar, e o de descobrir e dialogar são verbalizados e criticado quase que como uma “libertinagem” no ato da aprendizagem, o que faz renascer um anseio calado de volta a postura pedagógica conservadora por meio de professores que a vivenciaram.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa-ação; avaliação; identidade.

ABSTRACT: The research has its bases founded

on the principle of reflection and action, as the guiding pedagogical training in the Planning and Teaching Evaluation discipline. Investigates the theme proposed in “Mediator review” of Jussara Hoffmann in two historical moments: decades from 1960 to 1970 and from 2010 to 2014. The objectives are to consolidate the formation of the identity of the teacher and build a reflective and mediating relationship on practices evaluative; rethinking the use and objectives of traditional methodological practice; develop methodologies of scientific research. Results in the power of teaching as opposed to the power of charm, discover and dialogue is voiced and criticized almost as a “debauchery” in the act of learning, which revives one silent longing back to conservative pedagogical stance by teachers. They experience it.

KEYWORDS: action research; evaluation; identity.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem suas bases fundadas no princípio da reflexão e ação um dos norteadores da formação Pedagógica da Faculdade Sequencial e da disciplina Planejamento e Avaliação de Ensino. As bases históricas fazem parte da formação na Pedagogia, nas disciplinas e na iniciação

científica como referencial teórico, análise de dados e observação e aprofundamento da prática. Na história da Pedagogia pode-se diferenciar épocas de ditadura e democracia, períodos de exclusão escolar e luta por garantias de direitos. Em conexão com esses contextos, a avaliação foi vista como pontual contrapondo-se a fases onde avaliação é vista como processo de aprendizagem. Entende-se que um dos princípios constitutivos da prática é a reflexão e ação, como apontado pelo Ministério da Educação:

A prática é o próprio modo como as coisas vão sendo feitas cujo conteúdo é atravessado por uma teoria. Assim a realidade é um movimento constituído pela prática e pela teoria como momentos de um dever mais amplo, consistindo a prática no momento pelo qual se busca fazer algo, produzir alguma coisa e que a teoria procura conceituar, significar e com isto administrar o campo e o sentido desta atuação. (MEC, PARECER CNE/CP 28/2001).

Com o intuito reflexivo sobre a prática avaliativa, foram organizadas atividades que envolveram discentes e docente durante o segundo semestre de 2014, na disciplina de Planejamento e Avaliação de Ensino. Os discentes matriculados foram motivados a investigar a avaliação educacional em dois momentos históricos: décadas de 1960 a 1970 e de 2010 a 2014. Os objetivos durante a disciplina foram de: a) alicerçar a formação da identidade do professor, sendo a prática associada ao campo teórico, um componente primordial do processo formativo e impulsionador de ações de pesquisas científicas; b) levar os discentes a reflexão sobre as dimensões do saber e do fazer dos processos de avaliação no ambiente educacional; c) repensar o uso e objetivos da prática metodológica tradicional, buscando construir uma relação reflexiva e mediadora diante das práticas avaliativas; d) desenvolver metodologias para organização de dados e posicionamento teórico diante da pesquisa científica.

2 | BASES HISTÓRICAS

Nas décadas abordadas pela pesquisa temos um panorama educacional bastante diferenciado, que oferece importantes marcadores sobre os contextos educacionais para a pesquisa em questão, apresentados abaixo:

Fatos que envolvem as épocas da pesquisa: 1. Segundo IBGE de 1961 o Brasil apresentava o índice de 39,5% de analfabetos, com idades entre 15 a 69 anos. Dos que frequentavam o primário, menos de 15% passavam para o ensino médio. 2. Programas de alfabetização de adultos e acesso à escola pública eram recorrentes no governo do Governo de João Goulart e fazem parte do Movimento dos Pioneiros da Escola Nova (1930), Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional (1932) e manifesto “Uma vez mais convocados” (1959). 3. Época em que Paulo Freire, desenvolve o campo prático e teórico nomeado como Pedagogia da Libertação. No golpe de 1964, Paulo Freire exilou-se e todo seu pensamento e material voltado a alfabetização foi proibido.

Evolução política: 1. Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, e em uma

dura batalha política contra a elite e militares, o Presidente João Goulart toma posse (1961). 2. Em 1964 acontece o golpe militar contra o Presidente João Goulart. Toma posse o marechal Humberto de Alencar Castello Branco. A partir de então o governo ditatorial é comandado pelos militares e dura 21 anos.

Legislação:

a. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional é promulgada pelo Presidente João Goulart. Nesta foi garantido o direito à educação em todos os níveis e criado o Conselho Federal de Educação (1962). Considera-se elencar alguns artigos desta legislação relacionados a atual pesquisa: ingresso aos 7 anos na educação primária (Art. 23); classes especiais ou classes supletivas para os que iniciarem tardiamente os estudos (Art. 27); caso de isenção da família perante a obrigação de matrícula de alunos quando forem comprovados estado de pobreza, insuficiência de escolas, matrículas encerradas, doença ou anomalia grave da criança (Art. 28).

b. Lei Nº 5.6692, de 11 de agosto de 1971, promulgada pelo Presidente Emílio G. Médici que fixa as Diretrizes e Bases para o 1º e 2º graus. Nestas são apontadas a verificação do aproveitamento (Art. 14) [...] “a ser expresso em notas ou menções”, “preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.”

c. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, promulgada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No Art. 9º A União é apontado o processo nacional de avaliação do rendimento escolar, fixando como prioridade a qualidade do ensino; admitir formas de progressão parcial, avaliação contínua e cumulativa, prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (Art. 24); ensino fundamental de 9 anos (Art. 32).

As bases históricas acima influenciam diretamente na educação e fazem parte da formação e reflexão na Pedagogia, não de forma estanque, mas transversal nas disciplinas e na iniciação científica como referenciais teóricos, análise de dados e observação e aprofundamento da prática. Pode-se assim diferenciar épocas de democracia e ditadura, períodos de exclusão escolar e luta por garantias de direitos, momentos onde a avaliação deve ser vista como momento pontual e avaliação como processo de aprendizagem.

3 | METODOLOGIA

Tendo como ponto de partida o livro Avaliação Mediadora da Jussara Hoffmann, selecionou-se as perguntas da autora, como caminho de pesquisa: *“O sistema de avaliação tradicional, classificatório, assegura um ensino de qualidade? O sucesso de um aluno na escola tradicional representa o seu desenvolvimento máximo possível?”*

(Hoffmann, p.14).

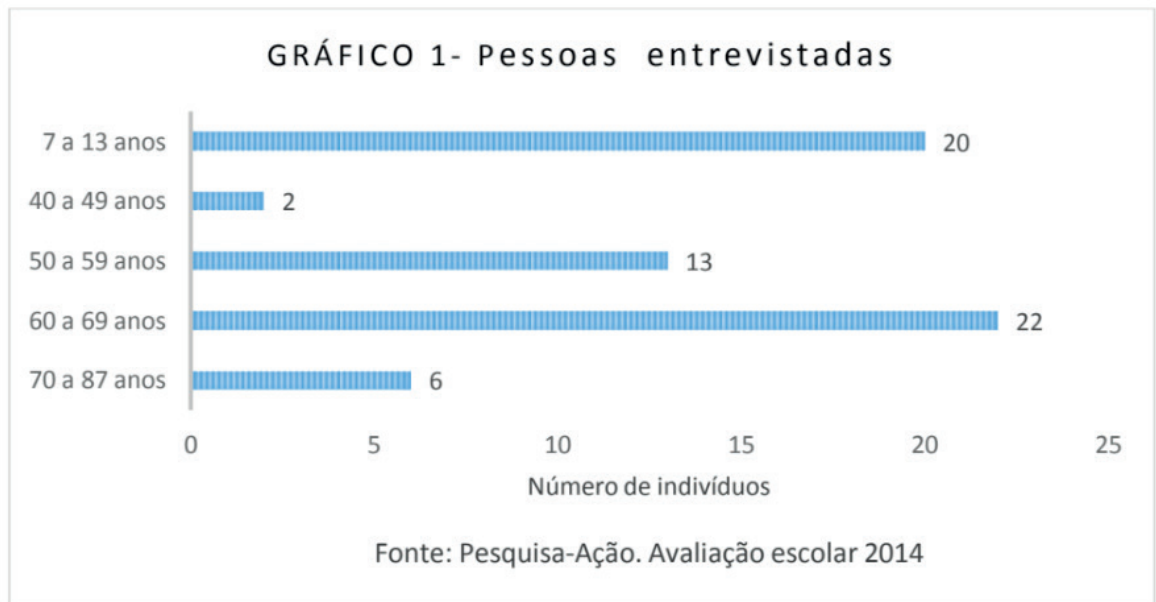
Optou-se por este motivo por uma pesquisa qualitativa, com uso de categorias de análise, a partir do uso de questionários abertos, aplicados por 32 discentes (em um total de 32, entre período da manhã e tarde).

A mesma pode comprovar ou ampliar a análise comparativa de novas relações teóricas e novos dados relacionados a pesquisa foco do trabalho, Avaliação Mediadora da Jussara Hoffmann (2009). A proposta leva cada discente pesquisador a investigar as experiências de avaliação escolar de alunos com idade por volta de 8 anos, no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), estudando entre os anos de 2010 a 2014. Também adultos com idade em torno de 60 anos, que possa dar depoimentos dos primeiros anos de escolarização, relacionado a época da infância, anos iniciais de sua escolarização, entre as décadas de 1960 a 1975, entendendo esta época como momento diferenciado da educação no que tange as relações com o ensino aprendizagem, como apontado nas bases históricas acima. O objetivo é verificar as questões relacionadas a avaliação e ao ensino.

4 | RESULTADOS

Foram pesquisados 43 adultos, sendo que duas (entre 40 e 49 anos) foram excluídas por não terem ligação com o tema e/ou estavam fora dos parâmetros da idade selecionada. Também foram feitas entrevistas com 20 crianças sendo excluídas 6 entrevistas cujas perguntas direcionavam as respostas, ou entrevistas que fugiram do tema. No total foram feitas 63 entrevistas, com as exclusões acima apontadas restaram 57. (Gráfico 1). Relevante aqui apontar para a abertura da escuta, “relato livre” como uma postura investigativa, seguida do interesse pela avaliação e suas formas organizativas. Perguntas abertas, podem levar o pesquisador inexperiente a perder o foco ou induzir a resposta.

Na abordagem dos entrevistados, os alunos pesquisadores, selecionaram diferentes perguntas. Foi possível identificar 12 tipos de perguntas utilizadas de forma combinada ou não durante as entrevistas: conte um fato relacionado a avaliação e escola (2); qual a prática para se preparar para uma prova (7); atitudes do professor em relação a avaliação (5); relato livre sobre a escola (18); como era o sistema de avaliação (7); como era a avaliação (6) e outras perguntas (6).



Durante a leitura da Hoffmann, um dos momentos do grupo foi a defesa da qualidade de ensino e níveis de repetência relacionados a pedagogia tradicional, experiência relatada pelos discentes que a vivenciaram, e por estarem diante de estágios e construção de relatórios de análise da escola pública atual.

No texto da Hoffmann a pergunta que abriu esta discussão foi:

Avaliação classificatória e ensino de qualidade? (HOFFMANN, 2009, p.14). A primeira questão refere-se à crença no sistema tradicional de avaliação como responsável por uma escola competente (uma visão bastante saudosista da escola exigente, rígida, disciplinadora, detentora do saber) que, no entanto, não encontra respaldo na realidade com a qual nos deparamos neste momento.

Os relatos da escola tradicional antiga, em um primeiro diálogo com os discentes pesquisadores, estão relacionados a qualidade do ensino e a boa qualificação do professor. Nos estudos de Hoffmann, o ensino tradicional apresenta mecanismos de opressão, exclusão e nivelamento social.

Ao observar e organizar os dados qualitativos foi possível selecionar e organizar categorias de análise relacionadas a avaliação envolvendo 57 resultados das pesquisas e apresentadas a seguir: emitir julgamento relacionando educação antiga e atual; evasão escolar; formas disciplinares físicas e verbais ou de exclusão do grupo; sentimentos relacionados a avaliação; práticas de constrangimento.

Como apontado por Hoffmann, a Pedagogia Tradicional apresenta mecanismos de opressão, exclusão e nivelamento. As questões históricas sobre evasão escolar e retenção surgem aqui apontadas pelos adultos e coadunam com a repressão, escola seletiva e desobrigação da família em relação a matrícula em casos de necessidades financeiras, como abordado no início do texto, e apontado durante a pesquisa:

62 anos (Minas Gerais): [...]todos trabalhavam na roça, não tinham muito tempo para estudar[...]. Naquela época (crianças, adultos e idosos) todos se juntavam em uma casa grande...um horário para todos se juntarem e aprenderem. (Discente

pesquisadora SILVA, L. dos A.T. 2014).

59 anos: Naquela época a educação era muito difícil, porque as escolas eram longe e tinham que caminhar muito a pé para chegar lá e também muitas vezes nem iam para escola porque tinham que trabalhar e era muito ruim porque os professores naquela época eram rígidos demais se os alunos não obedecessem a eles eram colocados de castigo de joelhos em cima de carço de feijão e levavam palmatórias e puxões de orelha, e não gostavam de nenhuma matéria porque era tão sofrido que não conseguia aprender nada. (Discente pesquisador BRAGA, M.C.M. 2014).

62 anos (São Paulo) A escola só oferecia o ensino primário, até a 4ª série, se quisesse continuar tinha que pagar, e era muito difícil passar de ano, as crianças reprovavam várias vezes a mesma série. (Discente pesquisador NERY, M.C. S. 2014).

A pesquisa revelou posturas disciplinares tanto na verbalização de adultos ao se referirem a escola de 1960 a 1975 como na escola vivenciada por crianças entre de 2010 a 2014, como apontado a seguir: excluir da classe e constrangimento são apontadas por 7 adultos e 5 crianças; palmatória e agressão física apontadas por 11 adultos; verbalização da palavra medo como negação ou afirmação do sentimento foram utilizados por 2 adultos e 3 crianças; evasão escolar apontada por 8 adultos; julgamento sobre as formas de ensinar atual e antiga foram emitidos por 4 adultos.

Ainda sobre essa época histórica, pontos relevantes sobre o medo indicam: medo do barulho da régua ao ser batida na mesa, de ficar de castigo, do puxão de orelha e do beliscão e da primeira avaliação. O uso da palmatória e outros procedimentos de dor física são apontados por 11 indivíduos nas fases da educação tradicional antiga. A relação de medo e sentimento negativo foi apontada no grupo de quatro (4) adultos, ao se referirem a sua educação inicial, mas o mesmo foi verbalizado por três (3) indivíduos no grupo de crianças, ao relatarem fatos atuais. Uma das crianças diz que não ficou com medo na hora da avaliação. Tal afirmação parece demonstrar que a criança identifica uma relação entre medo e avaliação: “Não foi difícil e não fiquei com medo.” Nos outros dois casos, as crianças apontam a postura de proximidade da professora como ponto de calma e apoio diante do medo de enfrentar o momento de avaliação. A palavra medo então pode ter sido instalada por adultos do seu entorno, que vivenciaram situações de medo diante do procedimento avaliativo. Veja um dos exemplos:

8 anos (São Paulo) escola pública: fiquei com medo na hora da avaliação. A professora passava na carteira para ajudar. (Discente pesquisador: MEIRA, T. S. 2014).

8 anos (São Paulo) escola pública: Sobre avaliação, a aluna sente aquele temido friozinho na barriga. As aulas têm liberdade de expressão, o professor tem diálogo com aluno e maior flexibilidade. (Discente pesquisador: DIAS, I. A.de S. 2014).

No que diz respeito as formas disciplinares são apontadas, pelos dois grupos da pesquisa, mecanismos de controle do corpo: sentados enfileirados, não olhar para os lados na hora da prova, manter silêncio na fila, sentar próximo ao professor.

Retratam as intenções de controle da época da ditadura como: de joelho no milho

e no feijão apontado (3 adultos); de frente para parede e atrás da porta (4 adultos); castigo (8 adultos); palmatória, reguada e puxar a orelha (11 pessoas).

Nos procedimentos incomuns, encontrados na atualidade, podemos apontar, jogar o livro na cabeça do aluno, mandar o aluno para fora com o colega que provoca o bullying, proibir a ida ao banheiro, proibir a ida ao pátio, ficar em pé atrás da porta ou com o rosto virado para parede, sorrir mesmo quando o aluno é agredido verbalmente, podendo assim usar o grupo como repressão.

5 | DISCUSSÃO

As categorias selecionadas apontam para temas ligados a poder e opressão. As relações de poder surgem e atravessam o tempo como parte do emponderamento da categoria profissional se materializando em práticas, posturas de controle. Encontramos de muitas formas no fazer educacional maneiras de ditar leis e a verdade, censurar e proibir, inclusive censurar e proibir a noção de poder. Uma contradição dialética de poder e submissão que não ajuda a refletir sobre as situações de convivência, de troca e construção em grupo.

As relações de poder e domínio surgem na pesquisa a partir do olhar do grupo de alunos. É possível construir um paralelo entre os resultados da pesquisa e o texto Poderes e estratégia (Foucault, 1985) ao refletir nas formas como o poder se constitui:

a). Domínio efetivo do professor sobre o aluno. Consentimento velado e irreal de todo o processo, assim como vitimização do aluno utilizado como elemento de exemplo do que pode ocorrer se as regras não forem cumpridas, como apontado por um dos entrevistados:

50 anos. (Embu Guaçu-São Paulo), escola estadual. 5ºano (1964): não teve problemas com a professora. Presenciou alunos sendo colocados atrás da porta por mau comportamento com o famoso “chapéu de burro”. O mesmo ficava em cima do armário a vista de quem bagunçava, assim já sabiam para onde poderiam ir. (Discente pesquisador SILVA, M.A.B. da. 2014).

69 anos (Adamantina -SP). O fato relevante era fazer fila na entrada, e os alunos que conversassem na fila entravam com um zero bem grande nas costas, escrito no papel e ficavam de joelhos na classe por meia hora. (Discente pesquisador FERREIRA, F.K. 2014).

8 anos (São Paulo- SP) Como eu adorava colar do meu colega, um dia a professora viu e não me deixou sair da sala, senti vontade de fazer xixi, então fiz na roupa. Foi um mico. Fui zoada pelos meus colegas. (Discente pesquisadora ABREU, J.S. 2014).

b). Relação de poder e domínio exercida pelo grupo “modelo de aluno”. Nesta relação é possível observar atitudes onde o grupo que corresponde ao modelo ideal, é elemento de força para conter aquele que tenta refletir, opor e se diferenciar, ou seja, aquele tomado como delinquente, baderneiro.

Hoffmann ao questionar o sentido da avaliação cita Freire:

Não há ordem opressora que suporte que um dia todos os homens acordem perguntando: por quê? Por isso é necessário proibir o porquê, é necessário proibir o pensar. Por isso, a escolarização é a proibição do pensar, é a adaptação dos homens ao não pensar. (FREIRE, 1979, p. 116).

Qual o sentido de grupo na escola se não for possível vivenciar questionamentos, reflexão com base na divergência de ideias?

c). Quando o grupo de alunos se fixa como bloco de resistência diante das propostas do professor. Esta rede de poder não ajuda a construir uma relação de aprendizagem contínua, orientada por perguntas, pelo diálogo, na formação e alunos ativos, curiosos e reflexivos.

Em uma visão construtivista do ato de ensinar, avaliar e errar faz parte de um processo contínuo, de parceria reflexiva. Não são dois grupos, professores e alunos, mas um único, todos envolvidos na pesquisa de temas significativos, ato do aprender.

Numa perspectiva construtivista da avaliação, a questão da qualidade do ensino deve ser analisada em termos dos objetivos efetivamente perseguidos no sentido de desenvolvimento máximo possível dos alunos, à aprendizagem, no sentido amplo, alcançada pela criança a partir das oportunidades que o meio lhe oferece. (HOFFMANN, 2009, p.28).

Independente do uso da palmatória e do acentuado índice de evasão apontado pelos adultos, alguns discentes e os indivíduos que fazem parte do grupo de adultos na pesquisa apontam que tais iniciativas faziam crescer o respeito frente ao professor. Que mesmos ao abordarem o tema avaliação e aprendizagem indicam comportamentos julgados ideais, como positivo os sentimentos em relação a modelos antigos, uma vez que antigamente o aluno demonstrava interesse em aprender. Como apontado por Hoffmann, um saudosismo, chegando a questionar comparativamente com as relações escolares atuais:

59 anos (Bahia): Em 1962 [...] naquela época as avaliações aconteciam normalmente, tinha provas e chamada oral para responder questões, tinha que decorar a tabuada e também fazia ditado de palavras[...] o ensino era mais rígido e os professores eram temidos, eram mais preparados e firmes com os alunos. (Discente pesquisador: ANDRADE, G.B. 2014).

55 anos: O ensino antigo era algo maravilhoso pois se ensinava como viver, respeitar e aprender (era obrigatório aprender). Era algo muito especial em minha vida, pois aprendi a respeitar as pessoas. Hoje em dia vejo todas as escolas de ensino com poucos princípios. (Discente pesquisador GALVÃO, G. P. 2014).

73 anos (São Paulo- Itapeverica da Serra) [...]Só consegui ir à escola depois dos 23 anos [...] O que marcou sua vida nesse período foi o carinho da professora para ensinar os alunos. Ela tinha também muita sinceridade. O nome da professora ela lembra (Marília). (Discente Pesquisador: JESUS, R. F. dos S. de 2014).

58 anos (Bahia): [...] escola da fazenda. Na minha época o ensino era diferente, o primeiro ano nós estudávamos a cartilha, e o segundo ano o ABC [...] (Discente

Ao analisar a visão discente, é possível compreender que as novas gerações de professores precisam criar formas de aprender e do fazer pedagógico, que não vivenciaram. Vejamos alguns exemplos sobre a avaliação:

8 anos (São Paulo): mesmo nervosa eu tentei estudar para avaliação. O professor explicou como seria a prova e ajudou quando não sabíamos responder. (Discente pesquisador: ANDRADE, C. B. 2014).

7 anos (São Paulo): as provas são de matemática e português. Sua professora faz exercícios de leitura na sala de aula, que as vezes se senta em dupla ou grupos de quatro alunos para estudar ou fazer alguma atividade em grupo. [...] gosta de estudar e conta que sua professora ajuda muito quando ela não sabe fazer a lição. (Discente pesquisador ANDRADE, G. B. 2014).

8 anos (São Paulo): a professora ajuda a fazer a prova, caso tenha dúvida, são tiradas individualmente. (Discente pesquisador CASTRO, P. T. de. 2014).

Muitos entendem que, na atualidade, aprendizagem e avaliação são mecanismos frouxos, submetidos a vontade dos alunos.

Quanto a repetência é importante apontar que ao definir e marcar no aluno a incapacidade, o professor moralmente se desobriga da necessidade de encontrar caminhos de buscas mais humanos? Dominação serena e justificada das relações entre professor e aluno que distancia da construção mediadora da aprendizagem. Na pesquisa surge em um dos depoimentos a força da ação pedagógica como uma ferramenta de desemburrar o aluno (deixar de ser burro): 60 anos, relato referente a 1963: [...]os alunos que aprendiam a ler eram chamados de desemburrados[...] (Discente pesquisador PINTO FILHO, G. 2014). A ausência da reprovação independente das habilidades e aprendizagens efetivadas, assim como a roupagem de “métodos modernos” e os “novos ares da escola”, fazem surgir uma postura que aparenta “liberdade de aprender” e é verbalizada e criticada quase que como uma “libertinagem” no ato da aprendizagem, questões estas envolvendo a relação classe e professor e apontadas como crítica pelos adultos pesquisados. Fazem renascer um anseio calado de volta aos “métodos antigos”, postura conservadora e necessária reprovação, poder de ensinar em oposição ao poder de encantar, descobrir e dialogar. O fazer reflexivo exige fazer política, exige posicionamento crítico, saber porque se faz. Em “Un diálogo sobre el poder”, Foucault (1985) reforça o papel do intelectual:

[...] consiste en luchar contra las formas de poder allí donde es a la vez su objeto e instrumento: em el orden del “saber”, de la “verdad”, de la consciencia”, del “discurso”. Por ello, la teoría no expresará, no traducirá, no aplicará una práctica, es una práctica. (FOUCAULT, 1985, p. 9.). [...] consiste em lutar contra as formas de poder ali onde é seu objeto e instrumento: na ordem do saber, da verdade, da consciência, do discurso. Portanto a teoria não expressa, não traduz não explica a prática, ela é a prática (FOUCAULT, 1985, p.9). (Tradução pessoal)

A ausência da reprovação independente das habilidades e aprendizagens

efetivadas, assim como a roupagem de “métodos modernos” e os “novos ares da escola”, fazem surgir uma postura que aparenta “liberdade de aprender” e é verbalizada e criticada quase que como uma “libertinagem” no ato do ensino, questões estas envolvendo a relação entre classe e professor e apontadas como crítica pelos adultos pesquisados. Fazem renascer um anseio calado de volta aos “métodos antigos”, postura conservadora e necessária reprovação, poder de ensinar em oposição ao poder de encantar, descobrir e dialogar.

6 | CONCLUSÕES

Esse artigo, assim como sua elaboração, representa a necessidade de um ato contínuo em busca da reflexão e da ação, na formação de professores. Poder vislumbrar a construção teórica anterior e posterior a coleta e organização dos dados, pode trazer ganhos significativos em relação a construção de uma postura reflexiva e registro sistemático de pesquisa científica da prática pedagógica.

Um dos ganhos da pesquisa ação foi possibilitar a reflexão e aprendizagem durante a elaboração e apresentação das metodologias empregadas na organização da pesquisa. A elaboração e análise dos dados são uma das muitas possibilidades de apresentação, representando faces do olhar da docente de Pedagogia diante dos dados pesquisados pelos discentes, uma ousadia que tenta coloca-los diante da edição e publicação como seres reflexivos. Ao observar os registros da pesquisa organizada os alunos fizeram os seguintes comentários: a) Solicitaram que o máximo de dados fosse englobados no registro da pesquisa, o que levou a classificação de categorias para apresentação; b) Identificaram como importante que para a apresentação, o gráfico não fosse apenas representados por barras, mas que fossem inseridos números (dados quantitativos); c) Descobriram-se nomeados na referência dos dados identificando seus sobrenomes como investigadores científicos, uma admiração diante da concreta possibilidade; d) fizeram questionamento quanto ao formato de apresentação de um artigo, contribuindo para o entendimento do leitor.

Um novo posicionamento teórico diante da pesquisa apresentada é esperado após a reapresentação do artigo aos discentes. O que se espera é que ao analisar os dados novas reflexões sobre as dimensões do saber e do fazer dos processos de avaliação no ambiente educacional ocorram, assim como possam vislumbrar novos caminhos de atuação para além das práticas metodológicas tradicionais vivenciadas por muitos dos discentes, possibilitando recriar ações mais condizentes com a atualidade.

Algumas questões ficam aqui em aberto: Situações negativas instaladas na atualidade em relação aos processos de ensino/aprendizagem e avaliação podem persistir pela proximidade de adultos que a vivenciaram? É possível que as pessoas que assim procedem não consigam visualizar avaliação como processo do ensino aprendizagem?

Este foco nos leva a repensar a responsabilidade dos discentes e docentes do curso de Pedagogia na construção de práticas de reflexão sobre temas centrais, podendo identificar durante os processos de amadurecimento teórico e prático, iguais oportunidades de avaliação reflexiva da formação, a construção de caminhos únicos e profundos no grupo classe. Uma identidade pedagógica construída e forjada pelo olhar investigativo e contínuo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus**. Lei Nº 5.6692, de 11 de agosto de 1971. Brasília. MEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm> Acesso:15 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2335/LDB%209.ed..pdf?sequence=1>> Acesso:15 de julho de 2018.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Editora Porto, 1994.

BONNEY, Helena. **O sentido político da educação de Jango**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_sentido_politico_da_educacao_de_Jango> Acesso:15 de julho de 2018.

HOFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

FREIRE, Paulo. **Conscientização; Teoria e prática da libertação**: uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

_____. **Desmistificação da Conscientização** São Paulo: Loyola, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT, M. (1926-1984) **Un diálogo sobre el poder**. Tradução de Miguel Morey. Editora Alianza, 1985.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

NOTA: Os 32 discentes pesquisadores do curso de Pedagogia da Faculdade Sequencial, disciplina Planejamento e Avaliação de Ensino, segundo semestre de 2014, colaboraram na obtenção dos dados da pesquisa, sendo que os citados no presente artigo são os discentes: Evandro Gomes Ferreira; Fátima Khalil Ferreira; Gisele Pinto Filho; Gleiceane Pereira Galvão; Gleiciane Barbosa Andrade; Ivanilde Alves de Souza Dias; Jucineide Sirqueira Abreu; Luciméia dos Anjos Trancoso Silva; Maria Carlucia Moreira Braga; Mayara Caroline Silva Nery; Mayco Aurelio Borges da Silva; Priscila Tahara de Castro; Rute Ferreira dos Santos Jesus; Tania Souza Meira.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-004-9

